

Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas A I

AUDITORIA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

LÍNGUA PORTUGUESA		LÍNGUA INGLESA		RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação
1 a 15	1,0 cada	16 a 25	0,5 cada	26 a 35	1,0 cada	36 a 70	2,0 cada
Total:30,0						Total:70,0	
Total:100,0							

b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas na prova.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização da prova, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

b) se ausentar da sala em que se realiza a prova levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**;

c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;

d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto da prova após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início da mesma. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - O candidato deve, ao terminar a prova, entregar ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, já incluído o tempo para marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**.

12 - As questões e os gabaritos da Prova Objetiva serão divulgados no primeiro dia útil após sua realização, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36

Pedro é gerente financeiro da Empresa X que participa de licitação para fornecer equipamentos para o município Y. Após os trâmites de estilo, a empresa vem a ser declarada vencedora no certame. Ocorre que, antes da assinatura do contrato, é surpreendida com a notícia de suspensão do ato, pois a auditoria local identificou a existência de valores incompatíveis com o orçamento.

Nos termos da lei de responsabilidade fiscal, o(s)

- (A) ordenador de despesas deve postular autorização da Corte de Contas para assinar todos os contratos.
- (B) controle das despesas e receitas públicas está afeto somente à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) contrato licitado pode ser realizado, havendo previsão orçamentária e declaração do ordenador de despesas.
- (D) gastos contratados mediante licitação não necessitam adequação orçamentária.
- (E) limites orçamentários poderão ser extrapolados por autorização da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

37

Quando ocorre o incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos orçamentos, a lei de responsabilidade fiscal está realizando o princípio da

- (A) ampliação
- (B) aquisição
- (C) comunicação
- (D) realidade
- (E) transparência

38

O Poder Executivo, imediatamente após a promulgação da lei orçamentária e baseado nos limites fixados, aprovará um quadro de cotas orçamentárias da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar, mediante o(a)

- (A) suprimimento de fundos
- (B) destaque de crédito
- (C) repasse orçamentário e financeiro de desembolso
- (D) cota orçamentária
- (E) provisão de crédito orçamentário

39

Nos termos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, a descentralização de recursos financeiros internos constitui-se na movimentação financeira intitulada

- (A) cota financeira
- (B) baixa financeira
- (C) repasse financeiro
- (D) provisão financeira
- (E) sub-repasse financeiro

40

Uma determinada prefeitura registrou a arrecadação do IPTU após o fato gerador da receita orçamentária.

Desconsiderando a classificação quanto à natureza da informação, o lançamento feito pela prefeitura referente a esse fato contábil foi:

- (A) D. Receita Realizada Orçamentária
C. Receita Realizada
- (B) D. Controle da Disponibilidade de Recursos
C. Execução da Disponibilidade de Recursos
Disponibilidade por Destinação de Recursos
- (C) D. Previsão Inicial da Receita Orçamentária
C. Receita Realizada
- (D) D. Créditos Tributários a Receber
C. Créditos Tributários Recebidos
- (E) D. Receita Realizada
C. Previsão Inicial da Receita Orçamentária

41

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, válido para exercício de 2013, na Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público no que se refere à Lógica do Registro Contábil e à natureza da informação das contas, estabelece que, nesse Plano de Contas, elas são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam. Esse mesmo Plano de Contas está dividido em 8 classes, numeradas de 1 a 8.

Nesse contexto técnico, as contas com natureza da informação orçamentária são evidenciadas nas classes

- (A) 1 a 4
- (B) 5 e 6
- (C) 5 e 8
- (D) 6 e 7
- (E) 7 e 8

42

Na execução do trabalho de auditoria em um órgão público, um auditor constatou que através de compra direta, o órgão solicitou a contratação de confecções de placas de sinalização.

Considerando somente as condições acima descritas, o órgão público, no que se refere ao documento fiscal e respectiva classificação da despesa orçamentária, deverá documentar a operação com uma nota fiscal de

- (A) venda e classificar a despesa orçamentária no elemento de despesa 30 – material de consumo.
- (B) venda e classificar a despesa orçamentária no elemento de despesa 52 – material permanente.
- (C) venda e classificar a despesa orçamentária no elemento de despesa 39 – serviços de terceiros.
- (D) serviço e classificar a despesa orçamentária no elemento de despesa 30 – material de consumo.
- (E) serviços e classificar a despesa orçamentária no elemento de despesa 51 – obras e instalações.

43

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o sistema contábil consiste na estrutura das informações para identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público, com o objetivo de orientar o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social.

O aludido sistema contábil é organizado em subsistemas de informações, com o objetivo de oferecer a seus usuários os produtos com as especificidades que eles demandam, facilitando a extração dessas respectivas informações.

Nesse contexto, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), o sistema contábil público é estruturado nos seguintes subsistemas:

- (A) de Informações Orçamentárias; de Informações Patrimoniais, de Informações Financeiras; de Compensação
- (B) de Informações Orçamentárias; de Informações Financeiras; de Custos; de Compensação
- (C) de Informações Financeiras; de Informações Patrimoniais; de Custos; de Compensação
- (D) de Informações Orçamentárias; de Informações Patrimoniais; de Custos; de Compensação
- (E) de Informações Orçamentárias; de Informações Patrimoniais; de Informações Financeiras; de Custos

44

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na parte V, trata das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, e, no subitem 05.05.00, trata do Balanço Patrimonial, apresentando diversos aspectos técnico-conceituais direcionados para seu adequado entendimento e elaboração.

Nesse contexto das conceituações decorrentes do Balanço Patrimonial, tem-se que

- (A) os ativos devem ser classificados como circulantes quando tiverem a expectativa de realização até o final do exercício financeiro corrente.
- (B) o Passivo representa os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- (C) o Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos, e nele deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.
- (D) as contas de compensação compreendem os fatos administrativos que afetam o patrimônio, quando praticados.
- (E) os passivos devem ser classificados como não circulantes quando corresponderem a valores de terceiros ou estiverem retidos em nome deles, se a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo.

45

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (5ª edição) trata do Balanço Financeiro, no item 05.03.00, estabelecendo que o aludido balanço será elaborado de acordo com as classes estabelecidas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Nesse contexto das classes do PCASP, aquela(s) que corresponde(m) à adequada correlação com o Balanço Financeiro é(são)

- (A) Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os pagamentos e recebimentos orçamentários respectivamente, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior.
- (B) Classes 3 (variações patrimoniais aumentativas) e 4 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente.
- (C) Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, que deverá ser incluso nos recebimentos orçamentários para compensar sua inclusão na receita orçamentária, conforme o parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964.
- (D) Classe 6 para execução da receita e despesa orçamentária.
- (E) Classe 8 para informação de controle financeiro.

46

As receitas orçamentárias, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, classificam-se segundo alguns critérios.

Os critérios são estes:

- (A) espécie; fonte/destinação de recursos; indicador de resultado nominal
- (B) espécie; fonte/destinação de recursos; indicador de resultado primário
- (C) natureza; fonte/destinação de recursos; categoria econômica
- (D) natureza; fonte/destinação de recursos; indicador de resultado nominal
- (E) natureza; fonte/destinação de recursos; indicador de resultado primário

47

O Apêndice II da Resolução CFC nº 750/1993 faz menção a um princípio que diz respeito à “necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, independentemente do cumprimento das formalidades legais para sua ocorrência, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma”.

Sob o enfoque dos princípios contábeis aplicados ao setor público, a afirmação acima caracteriza o Princípio da:

- (A) Entidade
- (B) Prudência
- (C) Oportunidade
- (D) Continuidade
- (E) Competência

48

Nos termos das normas aplicadas ao setor público, a receita orçamentária tem, como sequência operacional, quatro estágios, passos ou etapas, que evidenciam o seu comportamento e facilitam o conhecimento e a administração do ingresso de recursos a ela correspondentes.

Nesse aspecto, um dos estágios, passo ou etapa da receita é o lançamento que, sob o enfoque do Código Tributário Nacional (CTN), expresso no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte I, situa-se no contexto de

- (A) constituição do crédito tributário
- (B) estimativa da arrecadação das receitas orçamentárias
- (C) registro contábil dos valores recebidos dos contribuintes
- (D) transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro
- (E) entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores

49

Nos termos das normas contábeis aplicadas ao setor público, consolidadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte V, para o exercício de 2013, os juros e encargos sociais de empréstimos e financiamentos concedidos são classificados como Variação Patrimonial

- (A) Aumentativa Financeira
- (B) Aumentativa Patrimonial
- (C) Aumentativa Orçamentária
- (D) Diminutiva Financeira
- (E) Diminutiva Patrimonial

50

Entre as características das organizações e dos indivíduos que executam auditoria interna dispostas nas Normas Internacionais para o exercício profissional da auditoria interna emitidas pelo *The Institute of Internal Auditors*, destaca-se que o(s)

- (A) executivo chefe de auditoria não deve se comunicar diretamente com o conselho, a fim de evitar conflito de interesse.
- (B) executivo chefe de auditoria deve, quando for necessário, confirmar junto ao conselho, a estrutura organizacional da atividade de auditoria interna.
- (C) auditores internos devem ser objetivos ao executar seus trabalhos, embora a auditoria interna não seja um trabalho independente.
- (D) auditores internos preferencialmente devem avaliar operações específicas pelas quais tenham sido responsáveis anteriormente, por se tratar de auditoria interna.
- (E) auditores internos devem exercer o zelo profissional, considerando o custo da avaliação (*assurance*) em relação aos potenciais benefícios.

51

De acordo com o *The Institute of Internal Auditors*, a estrutura das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna é dividida entre Normas de Atributos e de Desempenho.

As Normas de Atributos e as Normas de Desempenho se referem, respectivamente, a

- (A) características das organizações e dos indivíduos que executam auditoria interna e à natureza da auditoria interna e critérios de qualidade.
- (B) características que identificam achados de auditoria e características das organizações e a indivíduos que executam auditoria interna.
- (C) normas para avaliação da auditoria e a normas aplicáveis a serviços de auditoria interna.
- (D) normas para avaliações subjetivas e a normas para avaliações objetivas.
- (E) normas para avaliação (*assurance*) e a atividades de consultoria.

52

A avaliação (*assurance*) é uma das atividades no processo de auditoria interna, que se caracteriza por

- (A) apresentar uma avaliação subjetiva da evidência pelo auditor interno.
- (B) apresentar a natureza e o escopo do trabalho sujeitos a um acordo com a entidade.
- (C) ter a finalidade de fornecer uma opinião ou conclusões independentes a respeito de uma entidade, operação ou processo.
- (D) ser realizada a partir da solicitação específica de uma entidade.
- (E) manter a imparcialidade do auditor interno, uma vez que ele não deve assumir responsabilidades que são da administração.

53

As Normas Internacionais para o exercício profissional da auditoria interna, emitidas pelo *The Institute of Internal Auditors*, dispõem sobre a natureza da auditoria interna e fornecem os critérios de qualidade em face dos quais o desempenho desses serviços possa ser avaliado.

A partir das disposições dessas normas, o gerenciamento da atividade de auditoria interna é considerado eficaz quando o(s)

- (A) escopo de trabalho dos auditores internos não sofre limitações.
- (B) achados de auditoria são identificados sem dificuldade.
- (C) riscos externos são eliminados ou reduzidos ao mínimo.
- (D) mapas de riscos internos a que a entidade está sujeita podem ser elaborados com isenção quanto às suas responsabilidades.
- (E) resultados do trabalho da atividade de auditoria interna cumprem a responsabilidade definida no estatuto de auditoria interna.

54

De acordo com o Código de Ética para o exercício profissional da auditoria interna, emitido pelo *The Institute of Internal Auditors*, a atividade de auditoria deve respeitar princípios e regras de conduta ética.

Em relação aos princípios dispostos no Código de Ética, destaca-se que, pelo princípio da

- (A) integridade, os auditores internos devem realizar uma avaliação equilibrada de todas as circunstâncias relevantes.
- (B) objetividade, os auditores internos devem apresentar uma confiança que represente a base para a confiabilidade atribuída a seu julgamento.
- (C) competência, os auditores internos utilizam critérios fundamentados e experiência profissional na coleta, avaliação e comunicação de informações sobre a atividade ou processo examinado.
- (D) confidencialidade, os auditores internos não divulgam informações sem autorização apropriada, exceto em caso de obrigação legal ou profissional.
- (E) materialidade, os relatórios da auditoria interna devem reportar os achados que forem relevantes na identificação dos riscos da entidade.

55

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal consiste em um conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir da Controladoria Geral da União, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno indicadas na Constituição Federal e outros normativos que tratam da questão.

Dentre as atividades desse sistema, **NÃO** figura a atribuição de

- (A) controlar as operações de crédito, avais e garantias da União.
- (B) avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual.
- (C) avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (D) definir as diretrizes da missão institucional dos órgãos de controle externo.
- (E) fiscalizar a gestão dos recursos públicos federais transferidos a órgãos e entidades públicas e privadas.

56

Durante um trabalho de auditoria em uma entidade, um auditor suspeita que pode haver discordâncias entre valores registrados em bancos pelo sistema de contabilidade e informações dos extratos bancários.

Nessa situação, que procedimento ele deverá executar?

- (A) Inquérito
- (B) Exame físico
- (C) Exame da escrituração
- (D) Conferência de cálculos
- (E) Exame dos documentos originais

57

De acordo com a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, aprovada pela Resolução CFC nº 1.203/2009, a auditoria de demonstrações contábeis

- (A) proporciona a elaboração de um parecer baseado em evidências conclusivas de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante.
- (B) deve considerar as normas aplicáveis e também as práticas gerais e de setor amplamente reconhecidas e prevalentes, bem como considerar a literatura contábil.
- (C) enseja a emissão de um parecer com a opinião do auditor, que indica a eficiência e a eficácia com as quais a administração tem conduzido os negócios da entidade.
- (D) orienta os responsáveis pela governança a considerar as normas de auditoria na definição das suas políticas.
- (E) limita as responsabilidades da administração ou dos responsáveis pela governança da entidade.

58

Em um trabalho de auditoria, um auditor pode ter que analisar cálculos complexos e contas compostas de valores baseados em estimativas contábeis sujeitas a incertezas significativas de estimativa.

De acordo com a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, que tipo de risco está caracterizado nessa situação?

- (A) Risco inerente
- (B) Risco de controle
- (C) Risco de avaliação
- (D) Risco de detecção
- (E) Risco de distorção relevante

59

De acordo com a NBC TA 300 – Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 1.211/2009, o planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria.

Que item é considerado prescindível, ao elaborar o planejamento de uma auditoria?

- (A) Conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade.
- (B) Identificação de entidades associadas, filiais e partes relacionadas da entidade auditada.
- (C) Análise dos principais indicadores econômico-financeiros da entidade auditada.
- (D) Necessidade de atender a prazos estabelecidos por entidades reguladoras.
- (E) Conhecimento das práticas contábeis adotadas pela entidade e eventuais mudanças no exercício anterior.

60

Hércules é servidor efetivo. É qualificado com diversos cursos de especialização, mestrado e doutorado, sendo, por força dessas circunstâncias, convocado, frequentemente, para ministrar cursos presenciais e à distância.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a remuneração decorrente de atuação em curso de formação devidamente autorizado, sem considerar situações excepcionais é de, no máximo,

- (A) cento e vinte horas de trabalho anuais
- (B) cento e dez horas de trabalho anuais
- (C) cem horas de trabalho anuais
- (D) oitenta horas de trabalho anuais
- (E) cinquenta horas de trabalho anuais

61

Paulo pretende candidatar-se a cargo eletivo no município onde exerce suas funções de servidor público tendo em vista sua relação com a comunidade local, na qual criou laços de afeto.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a Licença para Atividade Política durará até

- (A) cinco dias após o pleito
- (B) oito dias após o pleito
- (C) dez dias após o pleito
- (D) vinte dias após o pleito
- (E) trinta dias após o pleito

62

Aline preside pregão eletrônico no órgão onde atua como assistente administrativo, vinculado ao Departamento de Compras de órgão federal. Na fase externa do procedimento, verifica que existe uma proposta com valor mais baixo, e outra com preço superior em até dez por cento.

Nesse caso, nos termos da Lei nº 10.520/2002, poderão os licitantes com as melhores propostas ofertar lances verbais até o máximo de

- (A) seis partícipes
- (B) cinco partícipes
- (C) quatro partícipes
- (D) três partícipes
- (E) dois partícipes

63

A empresa Y Ltda. pretende participar de pregões eletrônicos no âmbito da administração federal.

Como um dos requisitos exigidos pelo Decreto nº 5.450/2005, deve a empresa cadastrar-se no

- (A) Sistema de Serviços Gerais - SISG
- (B) Sistema de Regulação de Empresas - SRE
- (C) Sistema Único de Cadastro Federal - SUCF
- (D) Sistema Nacional de Compras Unificadas - SNCU
- (E) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

64

Jane, administradora pública, pretende adquirir alguns bens para integrar o patrimônio público. Na busca pelo melhor preço, antes de instaurar processo licitatório, pesquisa o mercado com o fito de verificar se o orçamento que possui pode cobrir as despesas de aquisição. Finda a pesquisa, publica o edital de licitação a que comparecem vários interessados, que apresentam as suas propostas. A proposta com o melhor preço apresentou bens que estariam obsoletos em pouco tempo, tendo em vista a mudança da tecnologia já anunciada pelo fabricante dos bens. Com tal informação, a administradora desistiu da aquisição dos bens e instaurou nova licitação, com outras especificações técnicas.

Nesse caso, a recusa em adquirir bens obsoletos tem por base o princípio da:

- (A) universalidade
- (B) economicidade
- (C) vinculação
- (D) realidade
- (E) isonomia

65

Vladimir é responsável por organizar as compras do órgão onde atua, coordenando o setor competente. Ao elaborar um edital de licitação, é surpreendido por requerimento de um interessado impugnando determinada cláusula que considerou violadora do princípio da isonomia. A impugnação veio a ser rejeitada. Posteriormente, o mesmo interessado lançou mão de medida judicial e obteve liminar suspendendo a licitação ainda não iniciada, até as correções do edital. Após aguardar o desfecho do processo judicial que durou vários meses sem resolução, decidiu Vladimir cancelar as compras, objeto do referido edital.

Tal ato deve ser considerado como de

- (A) anulação
- (B) admissão
- (C) aprovação
- (D) homologação
- (E) revogação

66

Marco é servidor público. Ele sofreu processo administrativo disciplinar perante comissão de inquérito, o qual foi arquivado por falta de provas. Após o arquivamento, a autoridade que chefiava a seção foi substituída. Seu sucessor determinou o desarquivamento do processo referido, cancelou as conclusões da comissão e impôs ao servidor pena de censura.

Nesse caso, a autoridade atuou

- (A) realizando atos vinculados inerentes à função de chefia
- (B) observando o interesse público pela probidade
- (C) praticando atos discricionários na penalização
- (D) exercendo regularmente o poder disciplinar
- (E) abusando do seu poder funcional

67

José é diretor de recursos humanos da empresa Y. Ao iniciar um processo de recrutamento interno, foi abordado por um dos interessados que manifestou preocupação sobre a possibilidade de funcionários serem beneficiados por terem contato próximo ao presidente da empresa.

José tenta minimizar a preocupação desse interessado, respondendo que uma das vantagens de a empresa Y possuir características das organizações burocráticas é

- (A) responder prontamente às mudanças impostas por ambientes dinâmicos.
- (B) considerar os elementos subjetivos presentes nas organizações.
- (C) destacar a importância dos relacionamentos interpessoais.
- (D) reduzir os favoritismos e clientelismos.
- (E) assegurar um processo decisório ágil.

68

O gerente de operações de uma fábrica convoca uma reunião para resolver problemas operacionais. Em determinado momento da discussão, um analista da área de qualidade propõe a utilização de árvores de decisão, pois essa técnica de apoio à decisão permite

- (A) monitorar a implementação da decisão e avaliar sua eficácia de acordo com as metas estabelecidas.
- (B) comparar e avaliar as alternativas de solução, permitindo a seleção da melhor.
- (C) identificar de forma mais eficiente o problema a ser resolvido.
- (D) analisar as causas que estão na origem do problema.
- (E) gerar alternativas de solução possível.

69

Presidente de uma empresa que desenvolve aplicativos e jogos para celulares, Fernando é reconhecido por sua habilidade especial para realizar inovações tecnológicas, por provocar mudanças na organização e por atribuir relevância às necessidades e inquietações dos liderados, ajudando-os a observar novas maneiras de lidar com os problemas organizacionais. Fernando destaca a importância da visão de futuro e o compartilhamento de valores e ideias para construir relacionamento com os liderados.

A forma com que Fernando lidera a organização está associada à

- (A) perspectiva de liderança baseada nos traços
- (B) perspectiva comportamental da liderança
- (C) perspectiva situacional
- (D) teoria da liderança carismática
- (E) teoria da liderança transformacional

70

Dentre fatores contingenciais que influenciam a estrutura organizacional destaca-se a estratégia. Uma empresa que atua em ambiente dinâmico e determina estratégias voltadas para a inovação e para a flexibilidade organizacional para construir vantagem competitiva deve possuir dentre seus requisitos organizacionais

- (A) estruturas horizontais e com poucos níveis hierárquicos
- (B) estruturas verticais com muitos níveis hierárquicos
- (C) hierarquia clara de controle e coordenação
- (D) rigoroso controle sobre o desempenho de cada departamento
- (E) tarefas bem definidas e elevada especialização do trabalho

RASCUNHO